Outubro 2026

FINANCIAL SERVICES

mcs markup



Pág. 14

CVM inicia consulta pública para atualização de normas contábeis aplicáveis a fundos de investimento com convergência aos padrões internacionais

Pág. 20
CVM aprimora regras sobre envio e acesso a informações do Sistema de Informações de Crédito com Resolução 247/2026

Pág. 26
CMN e Banco Central submetem à consulta pública minutas que alteram regras de demonstrações financeiras de instituições financeiras

Pág. 42
PREVIC regulamenta avaliação de riscos ambientais, sociais e de governança nos investimentos de entidades fechadas de previdência complementar

Pág. 46
Cooperativas devem atualizar cadastro no SouCoop até 31 de dezembro para manter regularidade e acesso a programas do Sistema OCB

Expediente

Informativo Financial Services

Tatiana Martins
Sócia de Financial Services

Álvaro Gama
Financial Services

Gabriella Crizzio
Marketing

Siga Nossos Canais

/mcs-markup-

@mcs.markup

@mcs_markup

/ mcsmarkupoficial

/mcsmarkup

Spotify

www.mcsmarkup.com



BPO Financial Services da MCS Markup

A solidez que o mercado financeiro exige. A parceria estratégica que o seu negócio precisa.



Fale com nossos especialistas e entenda como a **MCS Markup** pode te ajudar a **simplificar este processo e fazer a diferença.**

mcs markup

Sumário

Fundos de Investimento 12

CVM inicia consulta pública para atualização de normas contábeis aplicáveis a fundos de investimento com convergência aos padrões internacionais 14

CMN estabelece requisitos rigorosos de precificação e divulgação para FIDC com direitos decorrentes de ações judiciais 16

CVM finaliza proposta de Programa Piloto DLT para testar tokenização de valores mobiliários em redes de tecnologia distribuída 18

CVM aprimora regras sobre envio e acesso a informações do Sistema de Informações de Crédito com Resolução 247/2026 20

Banco Central do Brasil 24

CMN e Banco Central submetem à consulta pública minutas que alteram regras de demonstrações financeiras de instituições financeiras 26

Banco Central proíbe processamento de transações de loterias de aposta de quota fixa via Resolução BCB 590/2026 28

Banco Central altera regras do Pix com introdução de cobrança híbrida, Pix Automático em conta-salário e mecanismo de fundada suspeita de fraude 30

Banco Central aprimora supervisão de prestadores de serviços de ativos virtuais com Resolução BCB 589/2026 32

Banco Central altera regras de PLD/FT com Resolução BCB 591/2026 incluindo câmbio em espécie e transferências de ativos virtuais 34

Banco Central avalia integração do Pix a sistemas de pagamentos internacionais com expansão de funcionalidades e segurança aprimorada 36

Previdência Privada 40

PREVIC regulamenta avaliação de riscos ambientais, sociais e de governança nos investimentos de entidades fechadas de previdência complementar 42

Cooperativas de Crédito 44

Cooperativas devem atualizar cadastro no SouCoop até 31 de dezembro para manter regularidade e acesso a programas do Sistema OCB 46

Sistema OCB compartilha estratégias brasileiras de inovação e identidade cooperativista em conferência nos Estados Unidos 48

Novas mudanças regulatórias abrem oportunidades para cooperativas de seguros ampliar acesso à proteção no Brasil 50

Meios de Pagamento e Fintechs 52

BCB vai intensificar fiscalização sobre Instituições de Pagamento 54

Cartão corporativo deixa de ser só meio de pagamento e vira ferramenta de gestão 55

BCB prioriza casos problemáticos na fila de licenças para empresas de cripto 56

BCB obriga bancos e fintechs a bloquear pagamentos a bets e devolver saldos 58

Tokenização torna ativos programáveis e pode reorganizar a infraestrutura financeira 60

Embedded finance exige definir o que é regulado antes do lançamento 62

Institucional 66

MCS Markup reafirma excelência em seis categorias estratégicas no ranking Leaders League 2027 68

MCS Markup patrocina Prêmio Equilibrista 2026 e reafirma presença no mercado financeiro do Paraná 70

MCS Markup participa de seminário sobre Reforma Tributária e Comércio Exterior na OAB Campinas 72

A MCS Markup é uma empresa ***full service*** de consultoria e gestão empresarial.

Somos mais do que auditoria e análises fiscais; simplificamos processos, promovemos transformações e inovações para nossos clientes.

Nossa equipe é composta por sócios oriundos de Big4 e mais de 450 profissionais em diversos escritórios pelo Brasil. Temos orgulho de ser uma empresa 100% brasileira com padrão internacional.

Por natureza, somos comprometidos em fornecer serviços de forma personalizada para atender às necessidades exclusivas de nossos clientes, mantendo uma relação próxima com eles. Nosso foco é sempre o cliente no centro, parte inclusive dos valores institucionais, e estamos empenhados em construir relacionamentos de longo prazo baseados em transparência, ética, flexibilidade e agilidade.

Através deste informativo, buscamos colaborar com a atualização dos profissionais sobre alterações nas legislações, jurisprudência e práticas de mercado.

Desejamos uma boa leitura!

mcs markup

Simplificamos processos, fazemos a **diferença.**

Rio de Janeiro

Rua São José, 70 – 17º Andar
Centro, Rio de Janeiro – RJ

+55 21 2533-1122

São Paulo e Interior

Av. Paulista, 2439 – 9º Andar
Bela Vista, São Paulo – SP

Av. Antônio Artioli, 570 – Bloco Locarno, Sala 205. Campinas, SP

+55 11 2229-7898

Espírito Santo

Rua João da Cruz, 25 – 4º Andar
Praia do Canto, Vitória – ES

+55 27 4040-4098

Paraná

Rua Francisco Rocha, 198
Batel, Curitiba – PR

+55 41 4040-4075

“

O futuro da vida
como a conhecemos
está sendo determinado
por tudo o que
estamos fazendo
- e não fazendo agora

— **Oprah Winfrey**

”



Fundos de Investimento

Fundos de Investimento

CVM inicia consulta pública para atualização de normas contábeis aplicáveis a fundos de investimento com convergência aos padrões internacionais

Proposta visa alinhamento do arcabouço regulatório às normas contábeis internacionais adotadas no mercado de valores mobiliários

A **Comissão de Valores Mobiliários** (CVM) iniciou em **05/10/2026** uma **consulta pública** visando realizar **alterações** nas **regras aplicáveis** aos **fundos de investimento**. O objetivo é promover **alinhamento** do arcabouço regulatório vigente às **normas contábeis internacionais** atualmente adotadas no mercado de valores mobiliários. A CVM busca contribuições de **participantes de mercado e demais interessados**, principalmente **usuários da informação**, em especial aspectos específicos relacionados à **indústria de fundos de investimento**.

A proposta é que os **dados** sejam considerados pela **CVM** para preparar **proposta de normatização** a ser apresentada e submetida posteriormente a nova consulta pública.

O processo de convergência integral às normas internacionais será **faseado**, e a CVM irá começar pela migração das **Instruções CVM 489, 516 e 579** e fundos relacionados nos **Anexos Normativos VIII, X e XII da Resolução CVM 175**.

A proposta considera **adoção integral** dos pronunciamentos emitidos pelo **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**, sem criação de diferenças em relação às **normas internacionais de contabilidade (IFRS)**. Vale ressaltar que fundos do **Anexo Normativo VI (FIAGROS)** não foram incluídos nesta proposta, visto que documento já requer **elaboração das demonstrações financeiras** de acordo com as **normas contábeis aplicáveis às companhias abertas**, cujo arcabouço normativo já se encontra convergido aos **IFRS**.

A convergência integral significa que **fundos de investimento** adotarão os mesmos **padrões contábeis** que **companhias abertas** e **mercado internacional**, consolidando **uniformidade** no tratamento contábil de operações financeiras. Essa abordagem facilita **comparabilidade** de demonstrações financeiras entre **fundos brasileiros e estrangeiros**, além de **reduzir custos de compliance** para administradores que operam internacionalmente.

Dentre os temas para os quais CVM busca contribuições estão**:**

- **Desafios operacionais decorrentes de aplicação de normas internacionais relevantes** para **indústria de fundos**;
- **Impactos da convergência internacional para comparabilidade de demonstrações financeiras**;
- **Procedimentos de auditoria independente**;
- **Custos de adaptação regulatória e sistêmica**.

A CVM também busca contribuições sobre benefícios esperados para **investidores** e **demais usuários de informações contábeis**, além de propostas de alteração na **infraestrutura de sistemas** para recepção das informações na CVM, visando **melhorar o acesso, a transparência e a usabilidade das informações reportadas** pelos **administradores de fundos**. A consulta oferece oportunidade para que **profissionais contábeis, auditores, administradores de fundos e investidores** manifestem suas considerações sobre impactos práticos da convergência.

A recomendação é que empresa **acompanhe a consulta pública** e avalie como convergência às normas internacionais **impactará sua contabilidade**, especialmente quanto a **mensuração de investimentos, reconhecimento de receitas** e **apresentação de informações aos cotistas**.

Sugestões e comentários podem ser encaminhados até **04/12/2026**, oferecendo **janela importante** para que **stakeholders participem do processo de atualização regulatória**. A proposta consolida comprometimento da CVM com **manutenção de padrões contábeis de alto nível**, alinhados com **práticas internacionais** e permitindo que **fundos de investimento brasileiros** sejam comparáveis aos **fundos globais**.

Fundos de Investimento

CMN estabelece requisitos rigorosos de precificação e divulgação para FIDC com direitos decorrentes de ações judiciais



Resolução 5.343/2026 exige metodologia verificável e divulgação padronizada de créditos litigiosos com entrada gradual em vigor

O **Conselho Monetário Nacional (**CMN) publicou a **Resolução nº 5.343**, de **24/09/2026**, que estabelece requisitos rigorosos de **precificação** e **divulgação para fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC)** que contenham direitos ou expectativas decorrentes de ações judiciais ou procedimentos arbitrais. A Resolução **proíbe FIDC** de aplicar recursos em direitos judiciais pendentes, consolidando que aplicação só é permitida quando crédito possui **liquidez, certeza e exigibilidade em caráter definitivo**.

Para **créditos judiciais**, a exigência é rigorosa: a decisão deve ter **transitado em julgado na fase de conhecimento**, na fase de **liquidação** (quando necessária), e **transcorrido prazo para impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução**. A entrada em vigor está sendo gradual: **13/10/2026** para **proibição de aquisições** e **04/01/2027** para **requisitos de precificação e divulgação**.

Os FIDC que já possuem **direitos judiciais em carteira** precisam cumprir requisitos rigorosos de gestão. O fundo deve adotar **metodologia consistente** para determinação de **valor dos direitos creditórios**, sendo vedada **precificação baseada exclusivamente em premissas internas do administrador, gestor ou consultor**. Essa exigência de verificação independente garante que precificação não seja **manipulada internamente**, consolidando **transparência** em relação a cotistas.

O fundo deve realizar **reavaliações** sempre que ocorrerem fatos processuais **relevantes** capazes de **alterar prognóstico quanto à realização** ou **valor desses direitos**, significando que **precificação é contínua e dinâmica, não estática**. A auditoria independente deve verificar observância de requisitos de **precificação e reavaliações**, oferecendo **validação externa** de que processos estão sendo seguidos corretamente.

A divulgação é elemento central da **regulação**, consolidando que cotistas e investidores devem ter acesso a **informações padronizadas e comparáveis**. O fundo deve divulgar, com **periodicidade** mínima **mensal** em **formato eletrônico** estruturado:

- A identificação do fundo;
- O administrador e gestor com CNPJ;
- A identificação do processo judicial ou procedimento arbitral e respectivo juízo ou câmara arbitral;
- A identificação de cedentes e cessionários com histórico de cessões anteriores;
- O valor e fração do crédito detido pelo fundo;
- A composição da carteira por ente federativo devedor.

Essa **padronização** permite que investidores comparem a **qualidade** de carteiras entre **diferentes fundos** e acompanhem evolução de créditos específicos ao longo do tempo. A divulgação em formato **eletrônico** estruturado permite **tratamento automatizado**, facilitando que analistas e investidores processem **grande volume de informação de forma eficiente**.

Para administradores e gestores de FIDC, a **Resolução 5.343** exige **investimento significativo** em **infraestrutura operacional e sistemas**. A implementação de metodologia verificável de precificação exigirá **revisão de modelos atuais** e possível contratação de terceiros para **validação independente**. A divulgação mensal padronizada em formato estruturado demandará **ajustes em sistemas de informação** e **processos de reporte**.

Para cotistas e investidores, a regulação oferece **maior segurança** de que a **qualidade de créditos em carteira** será adequadamente **mensurada** e **divulgada**. A resolução consolida que **direitos judiciais são ativos complexos** que **requerem supervisão rigorosa**, justificando requisitos detalhados de **precificação e divulgação** que protegem investidores contra riscos de manipulação ou falta de transparência.

CVM finaliza proposta de Programa Piloto DLT para testar tokenização de valores mobiliários em redes de tecnologia distribuída

Grupo de Trabalho entrega minuta que prevê testes experimentais de emissão, negociação e liquidação de ativos em Distributed Ledger Technology

O **Grupo de Trabalho de Tokenização** (GTT) da **Comissão de Valores Mobiliários** (CVM) entregou, em **15/09/2026**, a minuta de resolução que propõe a **criação** do **Programa Piloto DLT CVM**. A iniciativa prevê realização de **testes de emissão, oferta, distribuição, negociação, escrituração, custódia, depósito centralizado e liquidação** de **valores mobiliários** em redes de **tecnologia de registro distribuído (DLT)**. A minuta é fruto de debate entre membros do **GTT**, incluindo **associações, autorreguladores e especialistas** que integram o Grupo.

As **operações experimentais** têm como objetivo avaliar **viabilidade técnica, operacional e jurídica da tecnologia DLT** no mercado de **valores mobiliários**, além de verificar **interoperabilidade** entre **redes** e **identificar riscos, vulnerabilidades e eventuais lacunas regulatórias**. O corpo técnico cumpre primeira etapa da missão do GTT, instituído pela **Portaria CVM/ PTE/Nº 177**, que determinava ao grupo encaminhamento de proposta ao **Colegiado da CVM no prazo de 60 dias**.

No piloto proposto, operações experimentais **poderão incluir ações, debêntures, certificados de recebíveis, cotas de fundos de investimento e demais títulos ou contratos de investimento coletivo**. A CVM acompanhará **diretamente** os testes por meio de mecanismos de **acesso às redes voluntárias selecionadas previamente**, com possibilidade de **leitura em tempo real** dos **registros das operações**. Podem atuar como gestores das redes de **testes membros externos do GTT** que sejam associações **representativas** de entidades autorizadas, **registradas ou credenciadas pela CVM** para atuar no mercado e entidades autorreguladoras do mercado de **valores mobiliários.**

A **CVM** teve cuidado de ouvir diversos **agentes de mercado** que são membros auxiliares do grupo, de modo que **não direcionasse** nem **limitasse** testes a determinadas **tecnologias**, evitando assim o risco de **coibir futuras inovações**. Essa abordagem agnóstica garante que piloto explore **múltiplas soluções de DLT** sem **favorecer tecnologias específicas**.

A **coordenação** do programa piloto ficará a cargo de **Comitê** Gestor formado pelos membros da CVM que integram o **GTT**. Os **testes** terão duração de **60 dias,** prorrogável por até **30 dias**, consolidando que o período é adequado para coleta de **dados significativos** sem comprometer a **segurança do mercado**. Ao fim do prazo, participantes encaminharão **relatórios conclusivos** sobre **operações experimentais** ao **Comitê Gestor do GTT**, responsável por **consolidar e submeter ao Colegiado da Autarquia documento final de avaliação**.

As conclusões sobre o **Programa Piloto DLT CVM** contemplarão **resultados obtidos, riscos identificados** e **recomendações** quanto a eventuais propostas de **aperfeiçoamento normativo** ou **legal**. Essa estrutura de avaliação garante que **aprendizados do piloto** sejam transformados em **regulação robusta** antes de qualquer implementação em escala comercial.

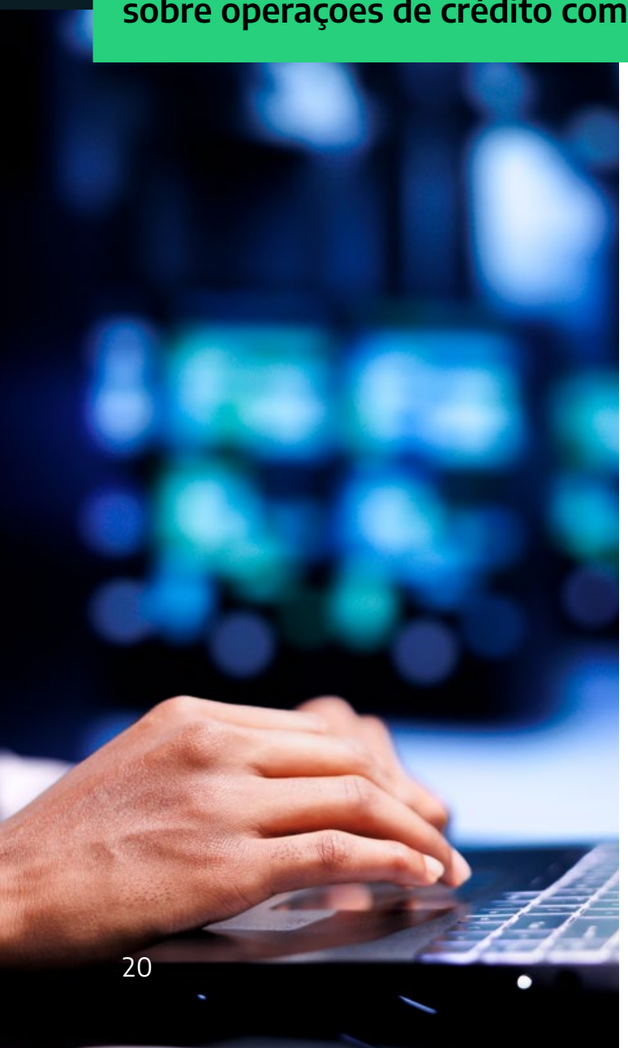
Para **inovadores em tecnologia de registro distribuído**, o **Programa Piloto DLT CVM** oferece **oportunidade** de testar soluções em **ambiente controlado** com **suporte** de regulador. A proposta consolida que a **CVM** está comprometida com a **tokenização** como caminho **irreversível** para evolução do **mercado de capitais**, mas quer fazer isso de forma **controlada e segura**.

Para **bancos de investimento, corretoras e administradores de fundos**, o piloto oferece **oportunidade** de preparar operações para mundo **tokenizado**, identificando **processos** que precisam ser adaptados e **treinando equipes**. A resolução final do piloto oferecerá **base** para **normatização definitiva**, permitindo que o **Brasil avance em tokenização** com **maior velocidade** que **concorrentes internacionais**, consolidando posição de liderança no desenvolvimento de regulação de ativos digitais.

Fundos de Investimento

CVM aprimora regras sobre envio e acesso a informações do Sistema de Informações de Crédito com Resolução 247/2026

Alterações alcançam securitizadoras e FIDC e ampliam compartilhamento de informações sobre operações de crédito com Banco Central



A **Comissão de Valores Mobiliários** (CVM) editou em **05/10/2026** a **Resolução CVM 247/2026**, que **altera a Resolução CVM 60 e Anexo Normativo II da Resolução CVM 175**. O objetivo é **disciplinar** o **envio** e **acesso** a **informações de operações de crédito no âmbito do Sistema de Informações de Crédito (SCR)**, administrado pelo **Banco Central do Brasil (BCB)**.

As alterações decorrem do **Acordo de Cooperação Técnica firmado entre CVM e BCB**, consolidando que compartilhamento de **informações** entre duas autarquias **fortalece** a atuação de ambas e contribui para desenvolvimento de **mercados mais seguros** e eficientes. A **integração** entre reguladores **aprimora supervisão dos mercados financeiro e de capitais**, permitindo que cada autoridade tenha acesso a **informações relevantes** para seu processo de supervisão.

A nova resolução estabelece **obrigação** de **companhias securitizadoras** encaminharem **mensalmente** ao **SCR** informações sobre suas **operações de crédito**. Essa obrigação representa mudança **significativa**, consolidando que securitizadoras, anteriormente não incluídas entre os reportadores de informações ao SCR, agora devem **participar** do sistema de **compartilhamento de dados.** Para **FIDC**, alteração passa a permitir que gestores **consultem dados disponíveis no SCR**, ampliando informações disponíveis para **avaliação do endividamento dos devedores** e do **risco de crédito**.

Essa capacidade de consulta permite que gestores tenham **visão mais completa** do perfil de **endividamento** de cada devedor, facilitando **decisões de investimento** mais informadas e **redução de risco de concentração de crédito em devedor** já altamente endividado. As **companhias** securitizadoras terão prazo de **doze meses** para **adaptação às novas obrigações**, enquanto administradores de **FIDC** que já encaminham informações não terão prazo adicional.

A decisão de não realizar **Análise de Impacto Regulatório (AIR)** decorre de que alterações têm por objetivo implementar um **Acordo de Cooperação Técnica** entre **CVM e BCB** e veicular medidas destinadas a preservar higidez do mercado de **valores mobiliários**. Essa dispensa reconhece que, o acordo entre reguladores, visando **fortalecer supervisão**, não requer **análise de impacto econômico tradicional**, consolidando que **coordenação regulatória** é benefício inequívoco.

A ausência de **consulta pública** também decorre dessa natureza técnica da **resolução**, pois as alterações decorrem de acordo interinstitucional que prioriza **eficiência na supervisão**. A implementação do acordo **consolida** que a **supervisão de mercados financeiro** e de **capitais é atividade coordenada**, onde informações compartilhadas permitem **identificar riscos sistêmicos** mais eficientemente.

Para **companhias securitizadoras**, a resolução cria **obrigação** de **reporte mensal ao SCR**, exigindo **ajustes operacionais e sistêmicos** para **coleta, validação e envio de dados**. Para **administradores de FIDC**, a possibilidade de **consultar dados do SCR** oferece ferramenta adicional para **análise de risco de crédito**, permitindo melhor avaliação do perfil de endividamento de devedores.

Para **investidores em FIDC**, a capacidade dos gestores acessarem **dados consolidados do SCR** pode **reduzir risco de investimento**, pois gestores têm acesso à informação mais completa sobre endividamento de cada devedor potencial. A **resolução consolida compromisso da CVM** com **integração regulatória** que fortalece supervisão e **protege investidores através de compartilhamento de informações com Banco Central**.

mcs inova

CONHEÇA O ECOSSISTEMA DIGITAL DA MCS INOVA

Soluções conectadas para simplificar a rotina da sua empresa.



Encontre a solução ideal para sua empresa

Escaneie o QR Code e conheça o ecossistema **MCS Inova**.

mcsinova.com.br

Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

CMN e Banco Central submetem à consulta pública minutas que alteram regras de demonstrações financeiras de instituições financeiras

Alterações consolidam critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis segundo padrão Cosif e normas internacionais



O **Conselho Monetário Nacional** (CMN) e o **Banco Central do Brasil** (BCB) submeteram, em 17/09/2026, à **consulta pública** minutas de resoluções que alteram **Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020**, e **Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020**. As resoluções consolidam critérios gerais para **elaboração** e **divulgação** de **demonstrações financeiras individuais** e **consolidadas** por **instituições financeiras** e demais instituições autorizadas a funcionar pelo **Banco Central**.

A minuta do **CMN** altera a resolução que consolida **critérios para instituições financeiras**, enquanto a **minuta do BCB altera resolução que dispõe sobre Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central** (Cosif). As alterações refletem **evolução** das práticas contábeis, consolidando que **demonstrações financeiras** devem refletir a **realidade econômica das operações** de forma **clara e transparente**. A consulta pública oferece oportunidade para que **profissionais contábeis, auditores e instituições financeiras** manifestem suas considerações sobre impactos práticos das alterações.

A **Resolução CMN nº 4.818** estabelece critérios gerais para **elaboração e divulgação de demonstrações financeiras** de instituições autorizadas a funcionar pelo **Banco Central**, incluindo **bancos, cooperativas de crédito, instituições de pagamento e demais entidades reguladas**. A resolução consolida que demonstrações devem ser **elaboradas segundo padrões contábeis aplicáveis**, permitindo **comparabilidade entre instituições diferentes**. A minuta proposta reconhece **evolução** nas práticas contábeis internacionais e **atualizações nos padrões aplicáveis**, consolidando que regulação acompanha desenvolvimento do mercado.

A **Resolução BCB nº 2** complementa essas regras ao definir **procedimentos específicos para elaboração, divulgação e remessa** de demonstrações financeiras de **instituições que utilizam Cosif**, garantindo **uniformidade nos processos de reporte**.

A **consulta pública** permite que participantes do mercado contribuam com **experiências práticas** sobre **aplicação de normas**, oferecendo **informações importantes** para que **regulador possa refinar as alterações** antes de publicação final. As minutas reconhecem que a **convergência às normas internacionais** e **manutenção de padrões específicos** para instituições financeiras são **objetivos compatíveis** que **não entram em conflito**.

Para **instituições financeiras**, as alterações podem demandar **revisão de políticas contábeis** e **processos de elaboração de demonstrações financeiras**.

A recomendação é que instituição **acompanhe consulta pública** e avalie como alterações **impactarão sua contabilidade**, especialmente quanto a mensuração de **ativos e passivos**, reconhecimento de receitas e apresentação de informações.

Para **auditores independentes**, as alterações oferecem **referencial claro** para **avaliação de conformidade de demonstrações financeiras** com critérios estabelecidos pelo **CMN e BCB**. A proposta consolida **comprometimento** do **CMN e BCB** com **manutenção de padrões contábeis de alto nível**, alinhados com **práticas internacionais** e **permitindo que instituições financeiras brasileiras sejam comparáveis aos competidores globais**, oferecendo **segurança aos investidores e depositantes**.



Banco Central do Brasil

Banco Central proíbe processamento de transações de loterias de aposta de quota fixa via Resolução BCB 590/2026

Instituições financeiras e de pagamento devem impedir liquidação de operações destinadas a loterias conforme Medida Provisória 1.394/2026

O **Banco Central do Brasil** editou a **Resolução BCB nº 590**, de **28/09/2026**, que proíbe **instituições financeiras, instituições de pagamento, instituidores** e demais participantes de arranjos de pagamento de **processar, liquidar ou viabilizar** transações destinadas a loterias de aposta de quota fixa. A resolução **entra em vigor na data de sua publicação** e implementa determinação estabelecida no **artigo 14 da Medida Provisória nº 1.394, de 25/09/2026**.

A obrigação é **imediata** e abrange **todas as instituições** que operam pagamentos, consolidando que a vedação é **generalizada** e não se aplica apenas a instituições específicas. A proibição reconhece que **loterias de aposta de quota fixa** representam **risco regulatório** que o **Banco Central** considera importante controlar, exigindo que **todas as entidades do ecossistema de pagamentos** atuem de forma **coordenada** para **impedir essas transações**.

A resolução prevê exceção importante: as instituições podem **processar transações necessárias ao encerramento das operações** e **restituição de valores aos apostadores**. Essa exceção reconhece que a **proibição** não pode deixar apostadores sem **acesso** a seus fundos, consolidando que **vedação é prospectiva** (applies to transações futuras) e **não retroativa** (não afeta operações já realizadas). O **cumprimento da vedação** independe de alteração prévia em regulamentos dos **arranjos de pagamento**, significando que **instituições devem cumprir imediatamente**, sem **esperar por processos regulamentares formais**.

Os instituidores de arranjos de pagamento podem **alterar seus regulamentos** para **implementar vedação**, e essas alterações **independem de autorização prévia do Banco Central** ou consulta a participantes do arranjo, permitindo que **implementação seja rápida e eficiente**.

Para **instituições financeiras e de pagamento**, a **Resolução BCB 590** exige implementação **imediata** de bloqueios operacionais para **impedir** processamento de **transações de loterias de aposta de quota fixa**. A **recomendação é que instituição revise seus sistemas de controle de transações** e **implemente filtros que identifiquem e bloqueiem essas operações**, baseando-se em **dados e padrões que identifiquem loterias de aposta**.

Para **instituidores de arranjos de pagamento**, a alteração de regulamentos deve ser **documentada e comunicada** conforme determinado pela resolução. A **resolução consolida que regulador priorizou controle de riscos** sobre formalidades regulamentares, oferecendo celeridade na **implementação** de **vedação** que considera importante para sistema financeiro. A **proibição** reconhece que loterias de aposta de quota fixa podem estar associadas a **riscos de lavagem de dinheiro** ou **outras atividades ilícitas**, justificando **ação imediata do regulador**.

Banco Central altera regras do Pix com introdução de cobrança híbrida, Pix Automático em conta-salário e mecanismo de fundada suspeita de fraude

Banco Central altera regras do Pix com introdução de cobrança híbrida, Pix Automático em conta-salário e mecanismo de fundada suspeita de fraude

O **Banco Central do Brasil** editou **Resolução BCB nº 587**, de **18/09/2026**, que **altera regras do Pix através de alterações na Resolução BCB nº 1/2020** e no **anexo I da Resolução BCB nº 507/2025**. As alterações introduzem funcionalidades importantes como **cobrança híbrida**, que permite que o **Pix Cobrança** seja apresentado também como **boleto**, oferecendo ao pagador **flexibilidade** de escolher qual meio usar.

O **Pix Automático** agora poderá ser iniciado em **conta-salário**, permitindo que empresas e governo **automatizem pagamentos de salários, proventos, soldos e similares**. A resolução também institui mecanismo de **marcação de fundada suspeita de fraude**, permitindo que participantes do Pix **marquem usuários envolvidos em transações fraudulentas**, criando ferramenta adicional para combate a fraudes. A entrada em vigor é **faseada**, com implementação **gradual até julho de 2027**, permitindo que participantes adaptem seus sistemas.

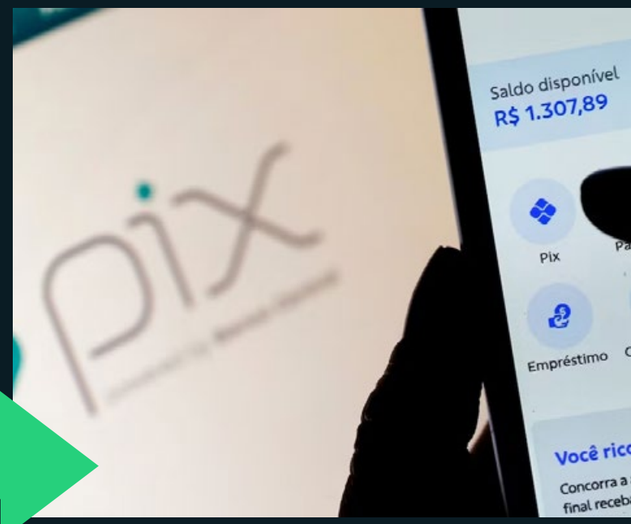
A cobrança **híbrida** permite que cobrador apresente boleto que também pode ser pago via Pix, oferecendo ao **pagador escolha do meio de pagamento**. A resolução **exige** que prestador de serviços de pagamento do recebedor seja **o mesmo que emitiu boleto**, garantindo responsabilidade clara e **prevenção de pagamentos indevidos ou em duplicidade**. Se cobrança híbrida for paga via boleto, **Pix Cobrança** correspondente deve ser cancelado para evitar pagamentos duplicados.

Se falhar o cancelamento e **Pix Cobrança** for liquidado quando boleto já foi pago, o prestador de serviços deve **devolver** os recursos ao pagador em até **24 horas** usando **recursos próprios**, consolidando responsabilidade do participante sobre operação. A **cobrança híbrida aplica-se exclusivamente a Pix Cobrança com vencimento** e a **boletos de cobrança comum e dinâmicos** (quando não vinculados a ativos financeiros).

A **marcação de fundada suspeita de fraude** permite que participante crie **notificação** quando cliente esteja envolvido em **transação Pix** específica com fundada **suspeita de fraude**. O participante que cria marcação deve **comunicar ao usuário** informando **data**, possibilidade de **revisão e canal para esclarecimentos**. A marcação permanece vinculada ao **CPF ou CNPJ e chave Pix** por **cinco anos**, oferecendo proteção prolongada contra fraudes.

O usuário marcado pode **solicitar cancelamento**, e o participante responsável tem até **sete dias** para analisar e decidir sobre **manutenção ou cancelamento** da marcação. A marcação deve ser **cancelada** se não subsistirem elementos justificando **fundada suspeita**, consolidando que mecanismo não é **punitivo,** mas **preventivo**. Durante marcação, transações Pix com usuário marcado como pagador ou recebedor devem ser rejeitadas, exceto devoluções.

Para **cobradoras e empresas**, a cobrança híbrida oferece **flexibilidade operacional** ao permitir que cobrador apresente alternativas de pagamento ao devedor.



Para **instituições financeiras**, a **entrada em vigor faseada permite adaptação ordenada** de sistemas, com **cobrança híbrida e Pix Automático em conta-salário entrando em 01/02/2027**. A resolução também introduz mecanismo de **recursos** contra decisões do Banco Central, permitindo que **instituições recorram em dez dias**, com **recurso tendo efeito devolutivo** (não suspensivo, salvo se autorizado).

Para **usuários finais**, a marcação de fundada suspeita de fraude oferece **proteção adicional** contra fraudes, pois participantes podem **identificar e marcar usuários envolvidos em transações fraudulentas**, prevenindo que fraudadores utilizem **mesma identidade ou chave Pix** para cometer novos crimes. A resolução consolida que Pix continua evoluindo com **novas funcionalidades e mecanismos de proteção** que **melhoram experiência de usuários e segurança do sistema**.



Banco Central aprimora supervisão de prestadores de serviços de ativos virtuais com Resolução BCB 589/2026

Alterações exigem demonstrações verificáveis de reservas e vedação de operações com prestadores não autorizados a partir de 06/11/2026

O **Banco Central do Brasil** editou a **Resolução BCB nº 589**, de **23/09/2026**, que altera a **Resolução BCB nº 520/2025** sobre a **constituição** e o **funcionamento** de sociedades **prestadoras de serviços de ativos virtuais**. As alterações consolidam requisitos rigorosos de **transparência e supervisão** do **mercado de criptoativos e ativos digitais**. A Resolução exige que prestadores enviem informações sobre **saldos contábeis** em favor de clientes, **dados de custódia** de ativos virtuais (por quantidades e valores), **demonstrações verificáveis de reservas e informações sobre operações de staking**.

A entrada em vigor é **faseada**:

- 01/10/2026 - Vedação de operações com prestadores não autorizados;
- 01/01/2027- Para requisitos de transparência e envio de informações.

A Resolução consolida que o **Banco Central** está **expandindo** a supervisão sobre **mercado de ativos virtuais**, reconhecendo que este é segmento que requer **supervisão rigorosa** para **proteção de investidores** e **estabilidade do sistema**.

A resolução exige que prestadores enviem **demonstrações verificáveis** de reservas de **ativos virtuais** mantidos em favor de **clientes ou usuários**, discriminadas **por ativo virtual,** informando **quantidades** e **valores financeiros**. Essas **demonstrações verificáveis** (equivalentes a prova de reservas) oferecem **transparência** sobre quanto ativo virtual prestador realmente possui e se corresponde ao que clientes deveriam ter.

A Resolução também exige **informações sobre operações de staking**, consolidando que **Banco Central** quer ter **visibilidade** sobre quando clientes deixam ativos bloqueados em operações de geração de retorno. As informações devem ser enviadas **imediatamente** por instituições elegíveis que já prestam serviços (**artigo 22**) e a partir do início de prestação de serviços para instituições elegíveis que ainda não iniciaram (**artigo 21**). A vedação de operações com prestadores não autorizados **protege o sistema financeiro** ao impedir que instituições autorizadas **facilitem** operações com **players desregulados**.

Instituições financeiras, **instituições de pagamento** e demais **entidades autorizadas** pelo **Banco Central** não poderão **realizar** ou **viabilizar** operações no mercado de ativos virtuais **com prestadores não autorizados** no país, exceto nas formas expressamente autorizadas na resolução. **Essa vedação consolida que Banco Central não aceita mais operações com prestadores desregulados**, exigindo que qualquer prestador de serviços de ativos virtuais opere sob **supervisão bancária**. A Resolução oferece **clareza regulatória** ao estabelecer que qualquer operação com players não autorizados será proibida, protegendo **ecossistema de ativos virtuais** no Brasil e **garantindo** que capital não flua para **prestadores desregulados**.

Para **prestadores de serviços de ativos virtuais**, a **Resolução BCB 589 exige implementação de sistemas de reporte robustos** para envio de demonstrações verificáveis de reservas e informações sobre custódia. A recomendação é que prestador **revise seus processos de contabilidade e custódia** para garantir que consiga gerar as demonstrações solicitadas. Para **instituições financeiras**, a vedação de operações com prestadores não autorizados exige **revisão de parcerias e contratos** com provedores de ativos virtuais.

Para **investidores em ativos virtuais**, a Resolução oferece **proteção adicional** ao exigir que prestadores mantenham reservas verificáveis, **reduzindo risco** de que prestador não tenha ativos suficientes para honrar obrigações com clientes.

Banco Central do Brasil

Banco Central altera regras de PLD/FT com Resolução BCB 591/2026 incluindo câmbio em espécie e transferências de ativos virtuais

Nova norma expande comunicações ao Coaf para operações com moeda estrangeira em espécie e transferências a carteiras autocustodiadas

O **Banco Central do Brasil** editou a **Resolução BCB nº 591**, de **30/09/2026**, publicada no **Diário Oficial da União de 01/10/2026**, que altera a **Circular nº 3.978/2020** (norma de **prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo - PLD/FT**) aplicável a instituições autorizadas pelo BCB. A nova norma revoga a **Resolução BCB nº 588, de 23/09/2026**, reproduz integralmente seu conteúdo e acrescenta regra de **transição** para prazo das novas comunicações.

Com isso, passam a ser comunicadas ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)**, a partir de **US$ 10.000,00 ou equivalente**, duas novas hipóteses:

1. Operações de câmbio com entrega ou recebimento de moeda estrangeira em espécie;
2. Transferências de ativos virtuais para ou de carteiras autocustodiadas.

A expansão do escopo de comunicações ao **Coaf** reflete reconhecimento de que essas operações podem envolver **risco de lavagem de dinheiro**.

A exigência de comunicação ao **Coaf** acima de **US$ 10.000** permite que a unidade de inteligência financeira **identifique padrões** de operações de câmbio em espécie que possam estar relacionadas a **lavagem de dinheiro**. As transferências de **ativos virtuais**, para ou de **carteiras autocustodiadas** também representam risco **significativo**, pois carteiras autocustodiadas não possuem **supervisão regulatória** e permitem transferências **sem intermediação** de instituição financeira autorizada.

A inclusão dessas operações consolida que o regulador quer ter **visibilidade** sobre **fluxos de criptoativos** para identificar possíveis operações relacionadas a **lavagem de dinheiro** ou **financiamento do terrorismo**.

A comunicação ao **Coaf** oferece base para que unidade de **inteligência financeira** investigue operações suspeitas.

Para **instituições financeiras**, a **Resolução BCB 591** exige implementação de **controles adicionais** para **identificar** e **comunicar** operações de câmbio em espécie acima de **US$ 10 mil** e **transferências de ativos virtuais a carteiras autocustodiadas**. A recomendação é que instituição **revise seus procedimentos de PLD/FT** para incluir essas novas hipóteses de comunicação ao Coaf.

Para **prestadores de serviços de ativos virtuais**, a exigência de comunicação sobre transferências a carteiras autocustodiadas exige que **desenvolvam sistemas para identificar essas operações** e **gerar comunicações ao Coaf**.

Para **unidade de inteligência financeira**, a expansão de hipóteses de comunicação oferece **maior visibilidade** sobre fluxos de recursos que apresentam **risco de lavagem de dinheiro**. A resolução consolida que o regulador está **continuamente** aprimorando regras de **PLD/FT** para acompanhar evolução de métodos d**e lavagem de dinheiro**, reconhecendo que câmbio em espécie e ativos virtuais são canais que requerem **supervisão intensificada**.



Banco Central avalia integração do Pix a sistemas de pagamentos internacionais com expansão de funcionalidades e segurança aprimorada

Relatório de Gestão 2023-2025 inclui interligação com redes multilaterais globais, machine learning para detecção de fraudes e pagamentos offline

O **Banco Central do Brasil** (BCB) estuda **interligar Pix com sistemas de pagamentos de outros países e redes multilaterais globais**. A autoridade monetária busca **diminuir tarifas** e **ampliar acesso a transações internacionais**, consolidando que o Pix não é apenas mecanismo **doméstico,** mas ferramenta que pode **facilitar** pagamentos internacionais. A novidade integra **Relatório de Gestão do Pix 2023-2025**, documento oficial que consolida direções estratégicas de médio prazo para sistema de pagamentos instantâneos.

As equipes técnicas do **BCB** monitoram **modelos de transações internacionais** com uso do **Pix** implementados por empresas privadas, demonstrando que regulador não quer apenas esperar, mas acompanh**a ativamente** como o setor está experimentando. O plano do órgão regulador inclui ainda **pagamentos por aproximação offline** e **uso do Pix automático** para substituir **débito em conta**, expandindo funcionalidades e tornando **Pix mais versátil**.

A integração do **Pix** ao **mercado de crédito** representa inovação importante: técnicos do **BC** projetam utilizar fluxos futuros de recebimento como **garantia para financiamentos**. A proposta pretende usar histórico de recebimentos via Pix para **aumentar** a confiança na **capacidade de pagamento de devedor**, permitindo que instituições financeiras ofereçam **crédito mais barato** baseado em **garantias de fluxos futuros**.

Como resultado esperado, a solução pode contribuir para **melhoria da qualidade das garantias** e **redução do custo do crédito**, especialmente para empresas com forte uso do Pix. Essa abordagem consolida que o **Pix** transcende sua função original de **meio de pagamento** e passa a ser ferramenta importante de **análise de risco de crédito**. A disponibilidade de dados de fluxo de caixa via Pix oferece aos credores **informações que antes eram indisponíveis**, permitindo **precificação mais precisa de risco**.

O **BCB** estruturou uma **agenda de segurança** com **oito medidas principais sobre o Pix**, reconhecendo que o crescimento do sistema atrai também **fraudadores e usuários mal-intencionados**. O órgão definirá critérios **objetivos** para caracterizar **transações suspeitas**, eliminando divergências entre bancos que prejudicam **detecção uniforme de fraudes**. O sistema utilizará modelo de **machine learning** para calcular probabilidade de **fraude em tempo real** para **todas** as operações, permitindo que as instituições identifiquem fraudes com maior precisão.

O projeto prevê **alertas de fraude** padronizados e aprimoramento no **fluxo de informações** para **bloqueios cautelares**, consolidando que a **segurança** é prioridade contínua. A criação de **fluxo direto** e **automatizado** entre instituições permitirá troca **fluida** e **tempestiva** de **informações**, facilitando a avaliação sobre transação de forma a aumentar a **assertividade na detecção de fraudes**.

Para **usuários finais**, a integração internacional do Pix oferecerá opção de **pagamentos internacionais mais baratos**, reduzindo **dependência** de instituições financeiras internacionais tradicionais. Para **instituições financeiras**, o uso de fluxos **Pix** como **garantia de crédito** oferece **nova forma de estruturar empréstimos**, especialmente para pequenas e médias empresas. Para **BCB**, os investimentos em **segurança e detecção de fraudes** consolidam compromisso com **integridade do sistema**, protegendo **confiança** que usuários depositaram no Pix.

A agenda de segurança com **machine learning** sinaliza que Pix continuará evoluindo com tecnologias mais **sofisticadas**, permitindo que o sistema se mantenha **seguro** mesmo com volume crescente de operações. A integração internacional do **Pix** representa afirmação de **soberania financeira brasileira**, consolidando que o Brasil desenvolveu ferramenta de pagamentos tão **robusta** que **pode ser exportada e integrada a sistemas globais**, oferecendo alternativa aos sistemas de pagamentos internacionais tradicionais controlados por Washington.

mcs markup

Há 12 anos simplificando processos para fazer a diferença.

Confira o nosso novo vídeo institucional.

Assista agora no **YouTube**



mcsmarkup.com

Previdência Privada

PREVIC regulamenta avaliação de riscos ambientais, sociais e de governança nos investimentos de entidades fechadas de previdência complementar

Portaria estabelece diretrizes para implementação gradual de critérios ASG na gestão de investimentos com prazos diferenciados conforme segmentação

A **Superintendência Nacional de Previdência Complementar** (PREVIC) regulamentou, mediante **Portaria nº 728/2026**, publicada em **17/09/2026**, a avaliação de **riscos ambientais, sociais e de governança (ASG)** nos investimentos de **Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)**. A portaria estabelece diretrizes para **implementação gradual** de critérios **ASG** na **gestão de investimentos**, reconhecendo que a transição para **análise integrada** de riscos ASG é processo que requer **tempo e recursos**.

As **EFPC** devem incorporar **análise de riscos ASG** em seus processos de **seleção, monitoramento** e **avaliação de investimentos**, consolidando que **riscos climáticos, sociais e de governança** são materiais para **performance de ativos** no **longo prazo**.

A implementação é **gradual**, com prazos diferenciados conforme segmentação das entidades, oferecendo **flexibilidade** para que **EFPC** menores tenham mais tempo para se **adequar à regulação**. A portaria consolida que a **PREVIC** reconhece importância de **integrar fatores ASG** em supervisão prudencial e gestão de investimentos de fundos de pensão.

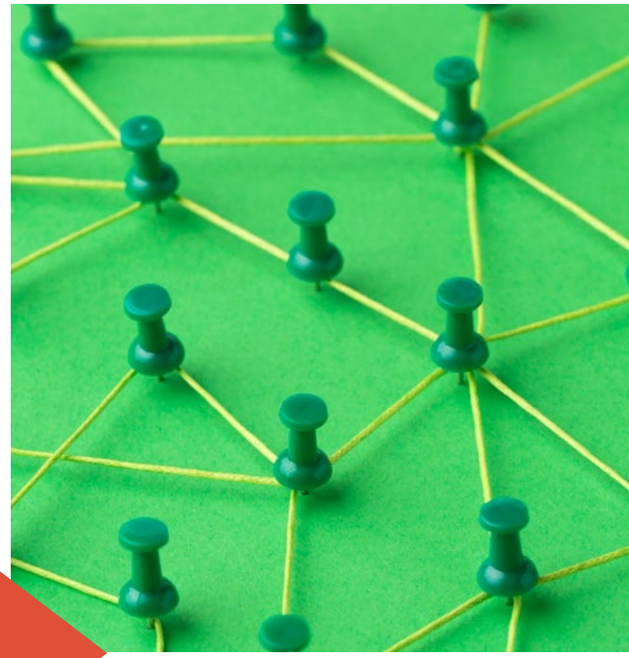
Os **riscos ambientais** incluem exposição a **mudanças climáticas, degradação ambiental e transição para economia de baixo carbono**. Os **riscos sociais** abrangem questões como **direitos humanos, bem-estar de funcionários e saúde e segurança**. Os **riscos de governança** referem-se à qualidade de **governança corporativa, compliance e estrutura de conselho**.

A exigência de **análise integrada** de fatores ASG reconhece que esses **riscos** impactam **valor de ativos no longo prazo**, especialmente para investimentos de **fundos de pensão** que têm horizonte de investimento **multidecadal**. A avaliação de **riscos ASG** oferece base mais **sólida** para **decisões de investimento** e **proteção do patrimônio de participantes e assistidos**.

A **implementação gradual** oferece prazos diferenciados conforme segmentação das **EFPC**, permitindo que entidades menores tenham mais tempo para se adequar. A portaria reconhece que o **custo de implementação de análise ASG é significativo**, especialmente para **EFPC** pequenas com recursos limitados. O cronograma de **implementação gradual** permite que EFPC planejem seus investimentos em **infraestrutura de TI** e **treinamento de pessoal**.

As **EFPC maiores** (segmento 1 e 2) podem ter **prazos mais curtos** enquanto **EFPC menores** (segmentação 3 e 4) têm **mais tempo para adequação**. A implementação gradual também reconhece que mercado de **dados e análises ASG** ainda está **evoluindo**, sendo apropriado que o regulador permita transição **ordenada** em vez de exigência **imediata** de **conformidade total**.

Para **entidades fechadas de previdência complementar**, a **Portaria PREVIC** exige **revisão de políticas de investimento** para **incorporar análise de riscos ASG**. A recomendação é que **EFPC** comece **planejamento imediato** para estar pronta para cumprir prazos de implementação,



incluindo **contratação de pessoal** com expertise em **análise ASG** ou **capacitação** de equipes internas. Para gestores de recursos que atuam como **fornecedores de EFPC**, a regulação oferece **oportunidade** de diferenciar-se por **expertise** em **análise ASG** e oferecimento de **produtos com critérios ASG integrados**.

Para **participantes e assistidos**, a integração de análise ASG em investimentos oferece **proteção adicional**, pois gestores estarão **menos expostos a riscos materiais** relacionados a **fatores ambientais, sociais e de governança**. A portaria consolida que PREVIC está alinhada com **agenda global de sustentabilidade**, reconhecendo que fundos de pensão têm papel importante no direcionamento de capital para empresas com boas práticas **ASG**.

Cooperativas de Crédito

Cooperativas de Crédito

Cooperativas devem atualizar cadastro no SouCoop até 31 de dezembro para manter regularidade e acesso a programas do Sistema OCB

Atualização cadastral é etapa importante que assegura acesso a ações, serviços e projetos oferecidos pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e Organizações Estaduais



As cooperativas de todo país têm até **31/12/2026** para manter **informações atualizadas no SouCoop**, sistema que **reúne informações e documentos das cooperativas** e concentra processos relacionados ao relacionamento com **Sistema OCB**. Sistema este que **reforça** a importância de realizar o procedimento **dentro do prazo** e orienta organizações a **conferirem dados e documentos** para garantir **regularidade cadastral**.
A **atualização cadastral** é etapa importante do **relacionamento das cooperativas com Sistema OCB**, consolidando que informações precisas são fundamentais para **manutenção de registro regular** e **acesso a iniciativas oferecidas**.

O processo é realizado no **SouCoop**, ferramenta que funciona como **ambiente de gestão e armazenamento de informações sociais e documentais**, além de facilitar acesso das cooperativas às **soluções** disponibilizadas pela **unidade nacional**.
A atualização contribui para **alinhamento às leis** e **normativos aplicáveis ao modelo cooperativista**, fortalecendo representação política e institucional do movimento.

A orientação é que cooperativas façam **atualização cadastral** após realização de suas assembleias e devido **registro dos documentos correspondentes**. A realização de **Assembleia Geral** Ordinária e arquivamento de sua ata são importantes para cumprimento de **obrigações societárias** e **manutenção de regularidade documental** perante o **Sistema OCB**.
Para **cooperativas de trabalho**, o calendário societário também inclui **Assembleia Geral Especial (AGEsp)**, prevista na **Lei 12.690/2012**, que deve ser realizada **anualmente**, no segundo semestre, com deliberações relacionadas a **gestão, direitos e deveres de sócios, planejamento** e **resultado econômico** de projetos e organização do trabalho.

A **atualização cadastral** assegura acesso às **ações, serviços, programas e projetos** oferecidos pela **OCB** e suas **Organizações Estaduais (OCEs)**. Uma cooperativa que não atualiza cadastro pode **perder acesso a iniciativas importantes** que o **Sistema OCB disponibiliza**, como **programas de capacitação, assessoria técnica, financiamentos subsidiados e participação em redes de cooperativas**.

O prazo final marcado para **31/12/2026** oferece tempo adequado para que cooperativas façam **conferência de informações com antecedência** e concluam fluxo de atualização no **SouCoop**. A **medida evita pendências** e **contribui para que organização mantenha regular o acesso** às **iniciativas oferecidas pelo Sistema OCB**.
A **recomendação é que cooperativas não deixem para última hora**, garantindo que todas as informações estejam **precisas** e o procedimento seja concluído sem dificuldades.

Em **caso de dúvidas ou necessidade de suporte**, a **Coordenação de Registro e Cadastro do Núcleo de Inteligência e Inovação do Sistema OCB está disponível** pelo **e-mail registro-cadastro@ocb.coop.br**.
A atualização cadastral consolida que o **Sistema OCB** reconhece a **importância de manter relacionamento estruturado com cooperativas**, baseado em **informações precisas e atualizadas**, permitindo que a unidade nacional possa oferecer **serviços relevantes** e representar adequadamente os interesses do movimento cooperativista junto ao governo e sociedade.

Sistema OCB compartilha estratégias brasileiras de inovação e identidade cooperativista em conferência nos Estados Unidos

Superintendente apresenta crescimento da consciência cooperativa e iniciativas como SomosCoop, InovaCoop e Cogecom em Impact Conference 2026



A **superintendente do Sistema OCB** participou da conferência anual da **U.S. Co-ops** (National Cooperative Business Association, NCBA CLUSA), **Impact Conference 2026,** em Washington, compartilhando **experiências** brasileiras de **identidade, inovação e representação cooperativista**.
A superintendente apresentou em painel sobre **perspectivas globais** em soluções cooperativas e liderança em meio a **mudanças**, consolidando que o Brasil tem contribuições importantes a oferecer ao **movimento cooperativista mundial**.

Um dos temas abordados foi o **fortalecimento** da identidade cooperativa, assunto que também esteve presente na **Conferência Global da Aliança Cooperativa Internacional** (ACI), realizada em setembro no Panamá. A superintendente apresentou o **SomosCoop**, iniciativa criada em **2018** que já reúne mais de **1.700 cooperativas**, demonstrando **crescimento** de iniciativas de fortalecimento de identidade. Segundo dados do **Sistema OCB**, o percentual de brasileiros que citam espontaneamente uma cooperativa passou de **29% em 2018** para **67% em 2026**, representando **crescimento** extraordinário de consciência sobre cooperativismo.

A superintendente também destacou **a presença de cooperativas** em mais de **3,4 mil municípios** e iniciativas em áreas como **energia compartilhada, telecomunicações e seguros**. Na **Cogecom**, cerca de 50 mil cooperados participam do modelo de **geração compartilhada**, que representa mais de **R$ 30 milhões em economia nas contas**, consolidando que cooperativismo oferece **soluções práticas e econômicas** para problemas do dia a dia.

A superintendente apresentou trabalho do **Sistema OCB** por meio do **InovaCoop**, plataforma que **conecta cooperativas a startups**, oferece conteúdos e apoia busca por oportunidades de **financiamento.** Uma pesquisa nacional mostra que **80%** das cooperativas introduziram algum tipo de **inovação** em seus processos, demonstrando que **cooperativismo é compatível com inovação** e **modernização**.
A apresentação consolidou que o **Brasil** não apenas participa do movimento cooperativista global, mas oferece **soluções que outros países podem aprender** e **adaptar em seus contextos**.

A **conferência internacional** abordou temas como **acesso a produtos e serviços, sucessão de lideranças, tecnologia, dados e inteligência artificial**. Esses temas refletem **desafios** comuns ao cooperativismo em **nível global**, consolidando que problemas podem ter **escalas diferentes**, mas muitos são comuns ao **cooperativismo no mundo**.

Os encontros internacionais ajudam a **transformar** experiências locais em **conhecimento compartilhado**, permitindo que o movimento cooperativista seja **fortalecido** através de troca contínua de **conhecimento**. A participação em conferência internacional consolida que o **Sistema OCB** reconhece a importância de estar presente em **diálogos globais**, contribuindo com **experiências brasileiras** e **aprendendo com práticas internacionais**.

A troca de experiências consolida que o **cooperativismo é modelo que transcende fronteiras** e oferece **soluções** que **funcionam em diferentes contextos culturais e econômicos**. A participação ativa em conferências internacionais reforça posição do **Brasil** como **líder** no movimento cooperativista e **oferece base sólida** para continuidade de **inovações** e **fortalecimento** da identidade cooperativista.

Novas mudanças regulatórias abrem oportunidades para cooperativas de seguros ampliar acesso à proteção no Brasil

Lei Complementar 213/2025 amplia possibilidades de atuação e CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) regulamenta setor reconhecendo particularidades do modelo cooperativista

O potencial das **cooperativas** para **ampliar acesso** da população brasileira a **seguros** foi um dos temas debatidos durante o **II Seminário Jurídico de Seguros**, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo **(USP)**. O coordenador de **Ramos do Sistema OCB** participou do painel **Regulação e Concorrência**, ao lado de representantes do **Ministério da Fazenda e Superintendência de Seguros Privados (Susep)**. O debate abordou **novo ambiente regulatório** do setor, entrada de **novos participantes** e caminhos para **ampliar a concorrência e a inclusão securitária**.

A atuação das cooperativas pode ajudar a levar **proteção** a pessoas e atividades econômicas que ainda têm **pouco acesso ao mercado segurador**, consolidando que **cooperativismo** pode contribuir para levar **proteção** a quem hoje ainda está descoberto.

As cooperativas têm **presença** nas comunidades, **proximidade** com cooperados e **conhecimento** de diferentes realidades econômicas, oferecendo **base sólida** para **ampliar inclusão securitária no Brasil**.

O debate ocorreu em meio às **mudanças** promovidas pela **Lei Complementar 213/2025**, que **ampliou possibilidades de atuação das cooperativas no mercado de seguros**, e pela regulamentação posterior do **Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)**. O avanço do setor depende de **ambiente regulatório** que combine **segurança** com **reconhecimento** das particularidades do modelo cooperativista, consolidando que o regulador deve criar **regras** que permitam **que cooperativas funcionem,** mas também ofereçam **proteção** apropriada.

A **Lei Complementar 213/2025** representa marco importante pois reconhece que **cooperativas podem oferecer seguros** com características específicas **diferente** de **seguradoras tradicionais**. A regulamentação posterior do **CNSP operacionaliza essa possibilidade**, definindo critérios para que cooperativas de seguros funcionem de forma **segura e sustentável**. O desafio é permitir que modelos cooperativistas sejam **viáveis e sustentáveis** e, ao mesmo tempo, tenham condições de **ampliar** a oferta de **proteção** para sociedade.

Outro ponto destacado foi a possibilidade de **integração** entre **diferentes** ramos do cooperativismo. As cooperativas de **crédito** podem desempenhar papel importante por sua **capilaridade** e presença em **diferentes regiões do país**, oferecendo **base estrutural** para **impulsionar** o cooperativismo de seguros.

A **intercooperação** é uma das oportunidades que o **novo ambiente oferece**, permitindo que **diferentes** tipos de cooperativas trabalhem **juntas** para **expandir** oferta de serviços. A entrada de novos participantes e possíveis efeitos sobre concorrência também estiveram entre temas discutidos, consolidando que **expansão** das cooperativas pode contribuir para **aumentar oferta de produtos** e **alcançar públicos** que possuem **baixa cobertura securitária**. A possibilidade de **ampliar mercado, alcançar novos públicos e fortalecer cultura de proteção** é diferente de simplesmente dividir mercado que já existe, oferecendo **oportunidade genuína de inclusão**.



Para **cooperativas**, o novo ambiente regulatório oferece janela importante para **expansão de serviços de seguros**, consolidando que **Lei Complementar 213/2025** reconhece o papel que o **cooperativismo** pode desempenhar na **inclusão securitária**. Para **Susep e reguladores**, a necessidade de criar **ambiente** que seja simultaneamente **seguro e compatível com características cooperativistas** exige **desenho regulatório sofisticado** que não imponha regras de seguradoras tradicionais, mas ainda ofereça **proteção apropriada**.

Meios de Pagamento e Fintechs

BCB vai intensificar fiscalização sobre Instituições de Pagamento

Regulador reúne mais dados para concentrar supervisão em empresas de maior risco

O **Banco Central do Brasil (BCB)** vai intensificar a **fiscalização** sobre as **Instituições de Pagamento (IPs)**. A medida foi anunciada pelo chefe de divisão da área de supervisão do BC durante painel no **1º Congresso do Ecossistema de Pagamentos**, promovido pela associação Pagos, em São Paulo.

Segundo ele, os problemas identificados no segmento prejudicam a imagem do setor como um todo, afetando **empresas que atuam corretamente**.

Para orientar o trabalho, o regulador quer ampliar a **coleta de dados** e **estatísticas** sobre o mercado. A equipe de supervisão pretende alimentar uma **abordagem baseada em risco**, que usa uma **matriz de risco** para indicar onde aplicar uma equipe limitada de fiscais, concentrando recursos nos pontos de maior **risco**.

O **BCB** também convidou as próprias empresas a participar dessa limpeza. Como exemplo, citou a trajetória das **corretoras de câmbio**, que há cerca de dez anos eram vistas com **desconfiança** e hoje superaram esse cenário, ainda que não estejam isentas de problemas.

Na mesma ocasião, o representante demonstrou preocupação com as **stablecoins**, **criptomoedas** atreladas a moedas tradicionais como o **dólar.** O BCB já permite que instituições **autorizadas** usem esses ativos como **infraestrutura** em operações de **câmbio**, tornando **transferências internacionais** mais **rápidas** e **baratas**. Ainda assim, o rastreamento desses fluxos preocupa, já que o órgão não consegue determinar quanto das stablecoins que entram no país tem **destino legítimo** e quanto alimenta o **cripto cabo**, envio **ilegal** de recursos ao exterior **fora do sistema oficial.**

Estimativas de mercado apontam que **50% a 60%** das stablecoins importadas teriam destino marginal, cifra que o BC trata com cautela.

O presidente da Pagos defendeu a mesma linha e citou o **selo de conformidade em Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)**, criado pela **Associação Brasileira de Câmbio (Abracam)** e já adotado por outras entidades do mercado, como forma de separar quem atua corretamente.

Cartão corporativo deixa de ser só meio de pagamento e vira ferramenta de gestão

Produto ganha espaço em empresas de todos os portes e abre porta de entrada para fintechs

O **cartão corporativo** deixa de ser apenas um **meio de pagamento** e passa a integrar a **infraestrutura financeira** das empresas. A **prestação de contas** dá lugar à **captura da despesa** quando ela acontece. Para as companhias, a lógica é a **facilidade**; para as **fintechs**, o produto é uma porta de entrada para **conquistar clientes.**

Em vez de **reembolsar** os funcionários, a empresa pode **emitir cartões**, muitas vezes **virtuais**, para cada **colaborador**, **projeto** ou **fornecedor**, definindo antes **limites de valor**, categorias e tipos de estabelecimento. O controle passa a acontecer **antes do gasto**, e não depois.

Por muito tempo, o produto foi visto como benefício de **grandes empresas**. Agora, as **pequenas e médias empresas (PMEs)** também adotam a solução, impulsionadas pela **integração entre meios de pagamento e softwares por meio de APIs** e **Open Finance**. Despesas com **mídia digital**, **SaaS**, **nuvem** e **ferramentas** cobradas em **dólar** também pesam nesse movimento.

A adoção começou em empresas de **tecnologia** e **scale-ups,** mas se expande para o **middle market** e para grandes corporações de **agronegócio**, **logística, serviços e varejo**, especialmente as que têm força de **vendas externa** ou **gastos descentralizados.**

Os **dados** gerados são outro atrativo. As transações mostram como a empresa realmente **opera**, onde **investe** e se paga fornecedores em dia, com uma visão em **tempo real** que balanços nem sempre oferecem. Isso permite identificar **sazonalidade**, **concentração** de gastos e diferenças entre **orçamento previsto** e **despesa realizada**, tornando a abordagem comercial mais **preditiva**.

A **evolução** segue caminhos variados: pode começar pelo **cartão** e avançar para **conta PJ**, **Pix**, **boleto** e pagamento de fornecedores, depois para **crédito**, com **limite maior** e **capital de giro**. Integrações com **ERPs** e **sistemas contábeis** deixam a conciliação pronta para o contador, e o avanço tende a reduzir a dependência de linhas emergenciais de curto prazo.



BCB prioriza casos problemáticos na fila de licenças para empresas de cripto

Autarquia avalia histórico, reputação dos controladores e capacidade financeira antes de avançar com pedidos de PSAVs

As empresas de **criptoativos** que pretendem obter **licença** como **Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (PSAVs)** terão de passar por uma **avaliação** em etapas. As regras foram detalhadas pelo **Banco Central do Brasil (BCB)** em evento da **Associação Brasileira de Criptoeconomia** (ABcripto).

Na **primeira fase**, o BCB pretende priorizar instituições **sem histórico de atuação** ou com **problemas de reputação dos controladores**. Casos considerados muito ruins, como empresas com **patrimônio muito abaixo** do esperado ou **controladores com processos judiciais**, devem ser analisados com rapidez para **sair do mercado**. Já as empresas consideradas **boas** ainda precisarão fornecer mais **informações** antes que o órgão defina um **prazo de análise**.

O pedido pode ser apresentado até o fim de **outubro de 2026**, e o BCB recomenda não deixar o envio para o último dia. Requerimentos em **modelo incorreto** ou com **assinatura inválida** podem ser **devolvidos sem abertura do processo**, o que pode fazer a empresa perder o prazo.

Nessa fase, o BCB examina a **atividade prévia da instituição**, a **reputação** dos controladores e dos detentores de participação qualificada, além da **capacidade econômico-financeira**. Não há previsão fechada de duração, mas o órgão menciona prazo de até **360 dias**. A passagem para a **segunda fase** ocorre por **ofício com manifestação favorável**, que **não equivale a autorização de funcionamento.**

Na transição, o BCB analisa o **capital** e o **patrimônio líquido mínimo** com base em **demonstrações financeiras auditadas**, que devem acompanhar o pleito. A **estrutura societária** também é central: a análise abrange o **controlador direto** e o **final**, e **fundos de investimento** não podem ser controladores, embora possam ser participantes **qualificados**. A instituição deve contar com ao menos **três diretores ou administradores eleitos e empossados** já na **primeira fase.**

O tema **câmbio** só será analisado na **segunda fase**, mas a empresa deve **informar** desde o início se pretende **operar nesse mercado**. Como o BCB pode **autorizar o funcionamento sem conceder a permissão para câmbio**, a orientação é apresentar planos financeiros com dois cenários, um com e outro sem essa autorização.

BCB obriga bancos e fintechs a bloquear pagamentos a bets e devolver saldos



Resolução define bloqueio de transações e devolução de saldos e prêmios após proibição das apostas de quota fixa

A proibição das **apostas de quota fixa**, as chamadas **bets**, deve **afetar** todo o **setor financeiro**. A **MP 1.394/2026** veta a **exploração**, a **oferta**, a **intermediação** e a **publicidade** desse tipo de aposta, inclusive por operadoras sediadas no exterior que atendem usuários no país.

Para regulamentar a parte operacional, o **Banco Central do Brasil** (BCB) editou a **Resolução BCB nº 590**, publicada em **30/09/2026**, que obriga **instituições financeiras** e **instituições de pagamento (IPs)** a **impedir** a realização, o processamento e a liquidação de **transações destinadas às bets**. Ainda é permitido processar **operações necessárias para encerrar as atividades** e **devolver o dinheiro aos apostadores**.

Com a proibição, as autorizações serão extintas em **30 dias**, e começa uma corrida para **restituir** saldos e prêmios. A principal preocupação do setor é o **volume de pagamentos a processar em prazo curto**, somado ao risco de pagamentos incorretos.

Na prática, cada operador precisa de uma **instituição autorizada** que processe seus prêmios na chamada **conta bolsão** transacional. Com o bloqueio, essas contas **ficam disponíveis apenas para pagamento e resgate**. Os operadores devem **informar saldos, valores, CPFs e contas de destino**, e a instituição não precisa apurar nem conferir os dados: **recebe e acata a ordem**.

O cronograma soma **19 dias:**

- Dez para encerrar as plataformas;
- Dois para os operadores enviarem as informações;
- Sete para processar os pagamentos.

Caso não tenham os dados bancários dos clientes, os operadores podem precisar notificá-los para obter as contas de destino.

Mesmo que o Congresso derrube a MP, as instituições terão de **ampliar o monitoramento** das operações ligadas às apostas, observando o perfil transacional, os dias de jogos e eventos esportivos e as movimentações de madrugada.

Tokenização torna ativos programáveis e pode reorganizar a infraestrutura financeira



Blockchain deixa de ser associada só a criptomoedas e passa a registrar propriedade e movimentar ativos no sistema financeiro

A **infraestrutura financeira** ainda opera sobre uma **arquitetura** construída ao longo de décadas, em que **uma única transação pode envolver emissor**, **custodiante, corretora, clearing e sistemas de liquidação**.

A **tokenização** cria uma **representação digital** de um ativo, direito ou informação sobre uma **infraestrutura programável**, baseada em **blockchain**. Nela, propriedade, regras de transferência e determinadas condições podem fazer parte do **próprio ativo**. O ganho está em **repensar a emissão**, a **transferência**, a **custódia,** o **fracionamento** e a **liquidação desses ativos**.

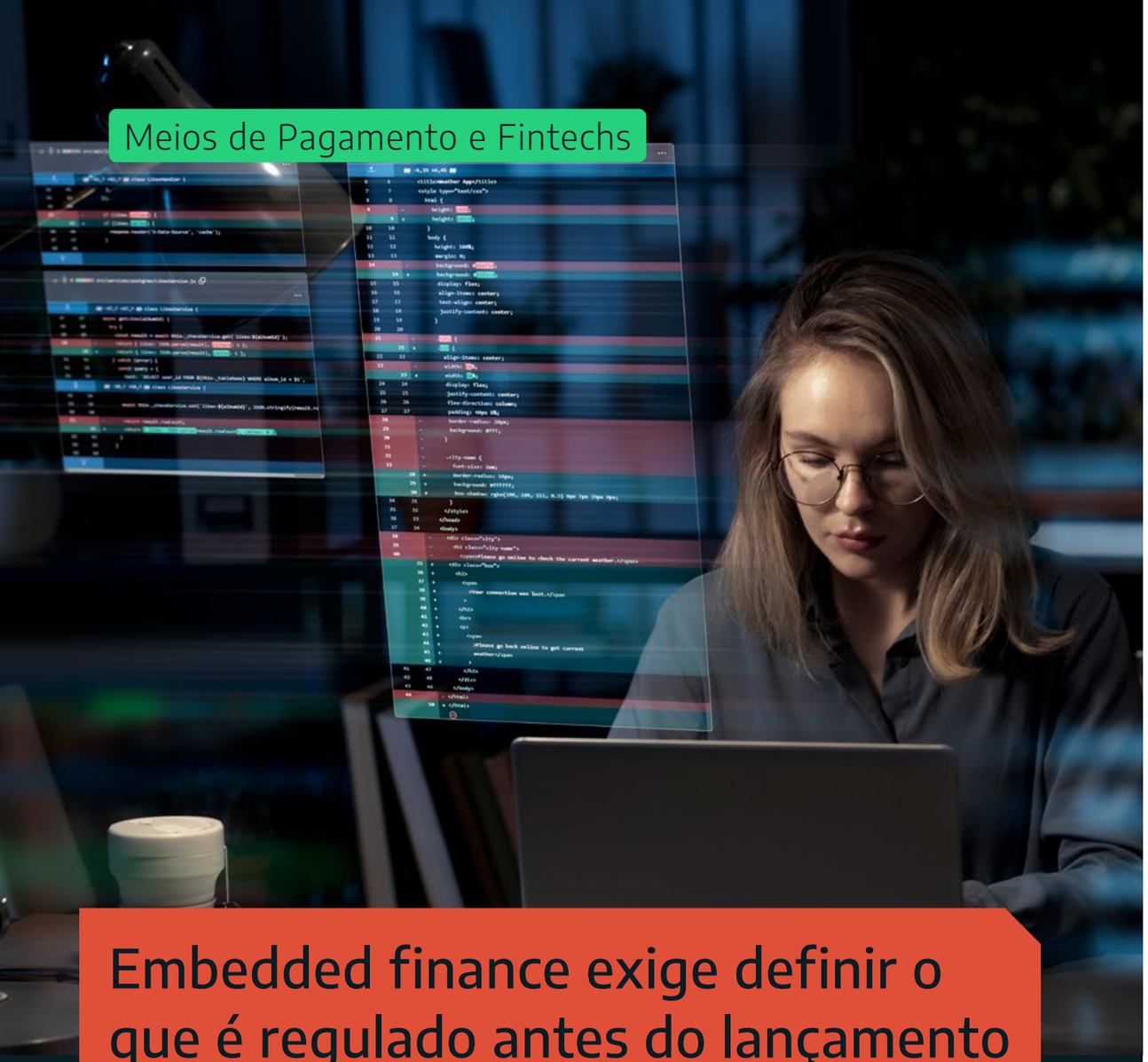
Um **título de dívida tokenizado**, por exemplo, pode ter a **transferência** condicionada ao pagamento, com fluxos **automatizados e liquidação simultânea** à entrega do ativo, na lógica de **delivery versus payment**. É essa combinação entre **ativos digitais**, **dinheiro** e **contratos programáveis** que torna a **tecnologia atrativa como infraestrutura**.

Bancos, bolsas, gestoras e **outras instituições** já testam a **tokenização de títulos**, **fundos**, **depósitos** e **moedas**.

O BIS estuda como diferentes formas de dinheiro e ativos tokenizados podem **operar de forma integrada**, inclusive em pagamentos internacionais. No Brasil, o **Drex** colocou o **dinheiro programável** e a tecnologia de registro distribuído (**DLT**) na agenda do mercado.

A tokenização, porém, **não elimina intermediários**, **regulação** ou **compliance**. A adoção institucional tende a **elevar** as exigências de **governança**, **custódia**, **prevenção à lavagem de dinheiro e segurança cibernética**. A **tecnologia** também não garante confiança sozinha, já que contratos inteligentes mal construídos, chaves comprometidas ou tokens sem respaldo jurídico seguem como **riscos reais**.

O potencial mais relevante está em **reduzir atritos entre ativos** que hoje operam em infraestruturas diferentes. A comparação é com a internet, que não inventou o comércio ou os serviços financeiros, mas **mudou a forma como funcionam**. A questão central é quais funções continuarão **necessárias** quando dinheiro, ativos e contratos puderem operar sobre infraestruturas digitais.



Meios de Pagamento e Fintechs

Embedded finance exige definir o que é regulado antes do lançamento

Incorporar serviços financeiros em jornadas digitais exige atenção à regulamentação do BC, à LGPD e ao sigilo bancário

A tecnologia permite **incorporar serviços financeiros** e de **pagamentos** a praticamente qualquer **jornada digital**, mesmo quando esses serviços não fazem parte do core da empresa. Uma varejista pode oferecer **conta digital** no aplicativo, e um **marketplace** pode disponibilizar **crédito** aos vendedores da plataforma.

O **embedded finance** descreve um **modelo de negócio**, e não uma categoria jurídica. **Incorporar um produto financeiro** não autoriza qualquer empresa a exercer diretamente atividades reservadas. No Brasil, a **Lei nº 4.595/1964** condiciona o **funcionamento das instituições financeiras** à autorização, e a **Lei nº 12.865/2013** disciplina atividades como a **gestão** de **contas de pagamento** e a **execução de transações**. A fronteira depende da **substância da operação**, quem presta o serviço, mantém a relação com o cliente, recebe recursos e assume as obrigações.

A empresa não regulada pode ter **papel relevante na interface**, na **integração** e na **experiência do usuário**. A arquitetura, porém, deve garantir que as atividades sujeitas a **autorização** sejam executadas por uma instituição competente. Nesse ponto, a **Resolução Conjunta nº 16** regulamenta o **Banking as a Service (BaaS)** e mantém a instituição autorizada **responsável pelos serviços financeiros** e de **pagamento.**

Um erro comum é começar pela **tecnologia** ou pelo **contrato comercial**. A análise deve ser funcional, etapa por etapa da jornada:

- Onboarding;
- Processamento;
- Movimentação de recursos;
- Análise de crédito;
- Cobrança;
- Atendimento;
- Prevenção a fraudes.

Só depois é possível definir qual participante executa cada função.

Terceirizar a infraestrutura também não transfere todo o risco. **Publicidade inadequada, falhas de interface, informações incorretas e tratamento irregular de dados pessoais** continuam sob **responsabilidade** da empresa que oferece a experiência. Dependendo da cadeia, **mais de um participante pode responder perante o consumidor**. O contrato entre os parceiros define **quem suporta o prejuízo, sem limitar os direitos do cliente.**

O acordo deve detalhar **responsabilidades** sobre **prevenção à lavagem de dinheiro**, **contestações**, **estornos** e **continuidade dos serviços**, além das regras para o encerramento da parceria, especialmente quando há contas abertas e operações em curso.

Há ainda as exigências da **LGPD** e do **sigilo bancário**, previsto na **Lei Complementar nº 105/2001**. Uma autorização genérica para **compartilhar dados** não basta. É preciso mapear quais informações circulam entre os parceiros, identificar as bases jurídicas de cada fluxo e limitar os acessos ao necessário para a execução do serviço.

mcs cast

2ª Temporada

A 2ª temporada do MCS Cast já está disponível.

Novos episódios sobre os principais temas que impactam o presente e o futuro das empresas brasileiras.

Assista agora no **YouTube**

Ouça também no **Spotify**



Institucional



MCS Markup reafirma excelência em seis categorias estratégicas no ranking Leaders League 2027

A MCS Markup foi novamente reconhecida pela Leaders League 2027, uma das mais respeitadas avaliações de consultoria no Brasil, figurando entre as melhores empresas do país em múltiplas categorias estratégicas. O reconhecimento amplia o posicionamento da MCS como referência nacional em expertise técnica integrada e consultoria de alto desempenho.

A MCS Markup destacou-se em seis categorias essenciais para o desenvolvimento econômico das organizações:

- Outsourcing (BPO)
- Transaction Services: Due Diligence
- Transaction Services: Valuation
- Financial Audits
- Tax: Advisory
- Transfer Pricing

Esse resultado é reflexo direto da nossa metodologia de trabalho, que coloca o cliente no centro de todas as decisões. Cada projeto é desenvolvido a partir de uma escuta ativa e profunda compreensão das necessidades e desafios específicos de cada organização. Essa abordagem permite desenhar soluções sob medida, que aliam rigor técnico, inovação e foco em resultados sustentáveis, viabilizando a transformação real das operações corporativas.

Ao longo de sua trajetória, a MCS Markup tem se destacado por promover uma consultoria de alta performance, pautada por uma cultura de colaboração e pela busca constante por melhoria contínua. O reconhecimento em múltiplas categorias pela Leaders League 2027 reafirma a capacidade da empresa de oferecer soluções integradas que atravessam as mais complexas demandas de Corporate Finance, tributação e gestão operacional.

“Esse reconhecimento não é apenas um marco institucional, mas uma validação do esforço conjunto de todos os profissionais que fazem parte da MCS Markup. São consultores, especialistas e sócios que, com dedicação e comprometimento, transformam desafios em oportunidades e entregam valor real para cada cliente atendido”, afirma Ligia Sodré, sócia da MCS Markup.

Ser novamente classificada pela Leaders League em seis categorias estratégicas reforça a confiança depositada em uma visão de longo prazo e em um modelo de atuação ética, transparente e orientado a resultados. Em um ambiente de negócios cada vez mais dinâmico e desafiador, essa distinção reafirma a capacidade da MCS Markup de se adaptar, inovar e oferecer soluções que verdadeiramente fazem diferença nas operações e no desempenho de seus clientes.

A MCS Markup agradece a todos que contribuíram para essa conquista — clientes, parceiros e colaboradores — que, juntos, constroem diariamente uma história de excelência e impacto positivo.



MCS Markup patrocina Prêmio Equilibrista 2026 e reafirma presença no mercado financeiro do Paraná

A MCS Markup patrocinou o Prêmio Equilibrista 2026, tradicional reconhecimento do setor financeiro paranaense promovido pelo IBEF-PR (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Paraná). O evento de gala, realizado em 15 de outubro no Castelo do Batel, em Curitiba, reuniu executivos de finanças, CFOs e lideranças corporativas do estado, consolidando a premiação que celebra 41 anos de história.

A edição 2026 consagrou três finalistas na categoria principal: José Roberto Scheller Junior (Helisul Aviação), Lucio Pandolfi Junior (Valmet) e Marcelo Afonso Riedi (C.Vale), com o grande vencedor revelado ao vivo na cerimônia de gala. Na categoria Revelação em Finanças, Eliane Márcia Antonio Ferlin, da Frimesa, foi reconhecida como vencedora, marcando gerações futuras de lideranças financeiras no estado.

O Prêmio Equilibrista posiciona-se como referência de excelência em governança, gestão de capital e liderança financeira no mercado corporativo paranaense. A participação da MCS Markup como patrocinadora traz não só visibilidade institucional ao lado de players de peso do setor financeiro como Banco Safra, TOTVS, PwC, KPMG, Deloitte e C6 Bank, mas também reforça o posicionamento da empresa junto a um público qualificado de tomadores de decisão financeira.

“A presença do MCS Markup no Prêmio Equilibrista representa mais do que um patrocínio — é o reconhecimento de um ecossistema de finanças corporativas que admiramos e com o qual desejamos construir relacionamentos estratégicos. Estar ao lado de empresas como Helisul, Valmet, C.Vale e Frimesa oferece oportunidades valiosas de networking e compreensão mais profunda de tendências que moldam o mercado paranaense”, afirma Mario Tannhouser, sócio da MCS Markup.

Sob aspecto institucional, a participação consolidou o relacionamento da empresa com o ecossistema de finanças corporativas do Paraná através da associação com uma premiação de forte credibilidade e tradição. Do ponto de vista comercial, a presença proporcionou networking qualificado junto a executivos financeiros e lideranças de instituições relevantes do estado.

Os cases apresentados pela MCS durante a cerimônia trouxeram referências sobre tendências críticas do mercado financeiro paranaense, governança de capital, gestão de risco cambial, estruturação de funding e inovação em crédito, temas estratégicos que orientam futuras ações de conteúdo, relacionamento e posicionamento da MCS Markup junto ao segmento de finanças corporativas.

“O Prêmio Equilibrista reflete um compromisso compartilhado com a excelência em finanças e governança corporativa. Acompanhar esse reconhecimento reafirma nosso posicionamento como parceira de confiança para empresas que buscam não apenas conformidade regulatória e eficiência tributária, mas transformação estratégica de suas operações financeiras”, complementa Carlos Boechat, Diretor de Consultoria Tributária e Expansão de Negócios.

Com essa iniciativa, a MCS Markup evidencia sua estratégia de presença multirregional e fortalecimento de relacionamentos com ecossistemas de negócios em estados estratégicos. O Paraná, polo econômico relevante com empresas de destaque em agronegócio, manufatura e energia, representa oportunidade significativa de crescimento e desenvolvimento de expertise setorial.







MCS Markup participa de seminário sobre Reforma Tributária e Comércio Exterior na OAB Campinas

A MCS Markup esteve presente no IX Seminário de Comércio Exterior, Conformidade e Governança Aduaneira, promovido pela Comissão de Direito Aduaneiro e Comércio Exterior da OAB/SP - Campinas, reafirmando seu posicionamento como referência em consultoria tributária e aduaneira. O evento reuniu profissionais, auditores fiscais e especialistas para debater os impactos imediatos da Reforma Tributária no comércio exterior brasileiro.

Pedro Pavão, sócio da MCS Markup com atuação em Consultoria Tributária (TAX) e Consultoria Aduaneira (Trade), mediou o painel **"Reforma Tributária e os Impactos Sistêmicos no Comércio Exterior"**, ao lado de Douglas Coutinho, Auditor-Fiscal da Receita Federal. O painel trouxe análise aprofundada sobre os principais desafios enfrentados pelas empresas na adaptação à reforma, com destaque para questões de fiscalização e mudanças significativas no regime de Drawback.





"A Reforma Tributária já está transformando o comércio exterior brasileiro, e é fundamental que as empresas entendam as implicações práticas dessas mudanças. O seminário representou uma oportunidade valiosa de trazer perspectivas técnicas e regulatórias para um público qualificado de profissionais ligados ao comércio exterior", destaca Pedro Pavão.

A participação de Pedro Pavão como mediador evidencia a expertise consolidada da MCS Markup em temas aduaneiros. Seu papel facilitou um diálogo rico entre regulador e mercado, permitindo que empresas compreendessem tanto as exigências de conformidade quanto as oportunidades de planejamento tributário eficiente neste novo cenário.

Além de Pedro Pavão, a MCS Markup esteve representada pelos sócios Mario Tannhauser, líder de Expansão Interior SP, e Eduardo Silva, também especialista em Consultoria Tributária (TAX) e Consultoria Aduaneira (Trade), reforçando o compromisso da empresa com a presença consultiva junto ao ecossistema de profissionais ligados ao comércio exterior e à conformidade regulatória. A participação de Caroline Couto, Executiva de Vendas, ampliou as oportunidades de relacionamento e networking durante o evento.

O evento também proporcionou oportunidades valiosas de networking e relacionamento com profissionais do setor jurídico-tributário, ampliando a rede de contatos da MCS Markup junto a players relevantes na região de Campinas e interior de São Paulo, polo importante de atividades comerciais e de comércio exterior.

Com essa participação, a MCS Markup reafirma sua estratégia de presença consultiva junto a fóruns de especialistas e governo, posicionando-se como referência em orientação sobre mudanças tributárias complexas que impactam operações de comércio exterior e conformidade aduaneira.

Principais Executivos



Alexandre Bragança
Transaction Services



André Simões
Auditoria e Outsourcing



Carlos Carneiro
Outsourcing



Cristiane Pacheco
Consultoria Tributária



Daniele Scrivani
Auditoria Externa e
Consultoria Contábil



Eduardo Silva
Consultoria Tributária (TAX)
Consultoria Aduaneira (Trade)



Fabio Jimenez
Transaction Services



Felipe Rosa
Inovação e Transformação
Digital



Felipe Vieira
Consultoria Tributária



Fernando Caritá
GRC e Auditoria Interna



Fernanda Rorato
Consultoria Tributária



Juliana Kyle
GRC e Auditoria Externa



Julio Mota
Outsourcing



Lígia Sodré
Transaction Services



Mario Tannhauser
Sócio Líder de Expansão
Campinas e Região



Marcello Salles
Finanças Corporativas



Pedro Pavão
Consultoria Tributária (TAX)
Consultoria Aduaneira (Trade)



Rafael Atalla
Outsourcing



Romulo Caputo
Auditoria Externa e
Consultoria Contábil



Sheila Bonato
Administrativo / Financeiro



Tatiana Martins
Financial Services



Verônica Teixeira
Consultoria Previdenciária
e Tributária



Walter Neumayer
Auditoria Externa e
Consultoria Contábil

O Informativo MCS Markup é uma publicação MCS Markup de cunho meramente informativo e não contempla toda a legislação e a jurisprudência divulgada no mês. A utilização das informações aqui contidas deve estar sempre acompanhada da orientação dos consultores tributários da empresa.

A consulta do material legislativo e judiciário aqui reportado requer a verificação de eventuais alterações posteriores.

Os atos tratados nesta publicação estão apresentados de forma resumida. As informações descritas nesta publicação sobre alguns julgamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça são resumos, não oficiais, efetuados a partir do conteúdo dos boletins informativos e das ementas dos acórdãos disponíveis nos sites desses Tribunais, na Internet. O conteúdo desta publicação não representa uma interpretação da jurisprudência e sua utilização pressupõe a análise do inteiro teor dos acórdãos feita por consultores legais.

Todos os direitos autorais reservados à MCS Markup. Permitida a reprodução desde que seja citada a fonte. As fotos são parte do banco de imagens da MCS Markup.

© 2026 MCS Markup Auditoria Consultoria e Contabilidade.
Todos os direitos reservados.


mcs
markup